

Morrer a trabalhar

Acidentes de trabalho mataram 160 trabalhadores em 2007, mais 3 que em 2006. Os dados, divulgados pela Autoridade para as Condições de Trabalho, revelam ainda que, por sectores, morreram 81 pessoas na construção civil, 30 na indústria transformadora, 22 no comércio e serviços, 14 na agricultura, 4 nos transportes e armazenagem, 1 na administração pública e 8 em outros sectores. As pequenas empresas (com menos de 9 trabalhadores) somaram 66 mortos e as grandes (com mais de 50 trabalhadores) atingiram 43. Nove dos mortos eram imigrantes (5 brasileiros, 2 angolanos e 2 ucranianos). Pelo menos 80% dos mortos são de sectores operários (mais de 10 vítimas por mês), facto que revela quem é mais penalizado pelas condições de trabalho, inclusive nas grandes empresas (3 a 4 mortos por mês).

Governo prepara novo código do trabalho. Nada de bom a esperar

Página 5

O que pretende a nova lei eleitoral autárquica?

Página 6

Gestores chegam a ganhar 219 vezes mais que os trabalhadores

Página 7

Mais dados sobre os voos da CIA

Página 16

Ninguém é ilegal!



Quem emigra procura trabalho e melhor vida. A perseguição e a escravização dos imigrantes, além de criar uma rede de máfias que controlam o tráfico humano, serve para assegurar às empresas uma mão-de-obra barata e sem direitos.

A perseguição dos imigrantes destina-se a

precarizar toda a força de trabalho, fazendo aceitar perdas de direitos e rebaixando salários.

É do interesse dos trabalhadores portugueses unirem-se aos trabalhadores imigrantes exigindo que todos sejam cidadãos com direitos iguais. *páginas centrais*

Israel fez da faixa de Gaza um campo de concentração com milhão e meio de pessoas



Solidariedade com o povo da Palestina

Israel montou um criminoso cerco ao território palestino da faixa de Gaza que atingiu o auge em Janeiro. Foi impedido o fornecimento de combustível, bens essenciais, medicamentos e até a ajuda humanitária de que dependem, para sobreviver, um milhão e duzentos mil habitantes de Gaza. Sem energia eléctrica nem água potável, os serviços vitais estão paralisados. Os doentes graves que precisam de tratamentos inexistentes em Gaza, não podem ir aos hospitais de Israel, Egipto ou Jordânia. *página 11*

É impossível calar

(...) Seria injusto se não me referisse ao jornal, pois está muito longe de ser uma publicação que se possa ignorar. Pelo contrário, há palavras que não se podem ignorar, pois há vozes e razões que é impossível calar e sobretudo agora, enquanto ainda as podemos dizer sem medos.

Tem havido alturas em que penso que já não há sentido. E pergunto: será que ninguém vê?... (vem-me à ideia uma canção: mas ond' é qu' estão as aldeias todas? já não há pessoas?) Está ali no jornal. As perguntas não são todas e as respostas muito menos, mas estão lá e viva isso!

Rui Massano

Contrapartidas

Essa informação [*] não está correcta. Enquanto que no rali a CML não obtinha quaisquer contrapartidas, no caso do Rock in Rio a organização fica obrigada a contrapartidas e à reabilitação do Parque da Bela Vista.

Um dos efeitos, será o da construção de uma ponte que ligará a zona das Olaias ao Parque, integrada na rede de percursos cicláveis e pedonais que o pelouro do Sá Fernandes está a projectar para Lisboa, de modo a aproximar aquela zona de bairros sociais do resto da cidade. Ou seja, combater a guetização e melhorar a mobilidade.

Pedro

[*] ver a Breve "Evolução" na página 5

Resposta da redacção

Ficamos a saber que no caso do Rali não havia contrapartidas e no caso do Rock in Rio havia. E que para Sá Fernandes terá sido essa a diferença. Mas esta "correção" só reforça o sentido da notícia.

Primeiro: ainda admitíamos que tivesse havido, no respeitante ao Rali, uma posição, digamos, de princípio - não financiar actividades privadas lucrativas com dinheiros públicos. Mas, a acreditar no esclarecimento, não terá sido assim - mesmo no caso do Rali, Sá Fernandes só terá votado contra por não haver contrapartidas. É um esclarecimento que não ajuda muito o vereador do BE.

Segundo: as contrapartidas do Rock in Rio são ínfimas comparadas com a despesa da Câmara, o que significa um gasto de dinheiros

públicos para beneficiar uma iniciativa privada. Por isso mesmo, poupava-se mais usando as verbas da Câmara para fazer a ponte. Não é para isso que elas existem? O argumento dos "benefícios" cai por terra. As contrapartidas servem para calar a boca aos munícipes e para o pelouro de Sá Fernandes mostrar serviço.

Anos de vida

Queridos companheiros:

F..., cheguei a pensar que era o último dos moicanos!

Felizmente, ainda há quem não desista, não se renda, não se venda! Com a vossa iniciativa, meus amigos, vocês deram-me anos de vida, devolveram-me parte daquilo que me fez sentir vivo, a necessidade de lutar por um outro mundo, a necessidade de cumprir Abril, à segunda, já que não conseguimos à primeira! Contem comigo!

António Lança de Carvalho

Culpados!

Quatro anos depois da invasão do Iraque pelos EUA e aliados, a opinião pública e o Tribunal Mundial sobre o Iraque já fizeram o seu julgamento: culpados! Falta serem condenados pelos crimes de guerra, genocídio e contra os direitos humanos.

Fernando Barão

Toda a razão

O primeiro-ministro Sócrates e o ministro das Finanças têm toda a razão. O governo não manda na banca. A banca é que manda no governo.

Fernando Barão



Estranhos dias

De dia para dia a sociedade ocidental começa a tornar-se cada vez mais fundamentalista. O ataque às nossas liberdades essenciais, que tanta tinta fizeram correr para serem conquistadas, começa a cerrar-se e sem tréguas à vista.

O estado das coisas chegou a tal ponto que se quisermos lutar contra o sistema podemos ser acusados de terrorismo, tal como o que se assiste aqui ao lado no País Basco. Os EUA dão sinais claros de terem entrado numa guerra santa contra o Islão como podemos constatar através do discurso dos candidatos à Casa Branca que fervilha de alusões a Deus e à fé.

A velha Europa, que nos habituou a estar na frente da luta pela liberdade, cada vez mais se assemelha à América do Norte. Desde a criação de uma comunidade económica que rapidamente se transforma em comunidade política até à recente plastificação dos nossos hábitos alimentares através da ASAE, caminhamos a passos largos para a criação de uma sociedade asséptica e monocromática. Em breve, chegarão as normas para a roupa que devemos usar para melhor distinguir os "Alfas" dos "Ípsilons". Ou não será o fato e gravata um começo dessa homogeneização que lentamente se tem imposto ao longo do último século.

Os colarinhos brancos ameaçam controlar tudo! O que comemos, o que bebemos, o que fumamos, o que vestimos, como trabalhamos e

mais grave de tudo, como pensamos! Tudo isto, sob o pretexto da criação de uma sociedade saudável e livre de terrorismo, altamente paternalista e em que nós não temos capacidade para decidir o que queremos fazer com o nosso corpo.

Com a cosmética feita à nomenclatura do Tratado Constitucional Europeu, operada com a recente assinatura do Tratado de Lisboa, o governo de Sócrates em conjunto com os seus homólogos europeus pretende branquear mais um passo na criação de um grande Estado europeu. Infelizmente, uma situação muito idêntica à criada por Hitler ou por Napoleão se atentar-mos na geografia europeia criada por esses ditadores. A principal diferença reside em não haver uma cabeça a quem atribuir a culpa quando a casa rui. Permite-se, desta forma, que os estadistas se camuflam na necessidade de tornar a Europa competitiva em relação aos Estados Unidos da América e às famigeradas potências emergentes, como a China e o Brasil.

Estranhos dias são aqueles que atravessamos. Infelizmente não posso augurar nada de bom no que vejo acontecer à minha volta. Fará sentido continuar a ter uma perspectiva optimista do mundo e do bom senso do ser humano? Porque insistimos em não aprender com os erros passados permitindo um futuro melhor?

Hugo Soares Silva

MUDAR DE VIDA

Redacção Cristina Meneses, José Mário Branco, Manuel Raposo, M. Gouveia, Pedro Goulart Colaboradores Cândido Guedes, Carlos Simões, Eugénio Silva, João Bernardo, Rita Moura, Manuel Monteiro, Renato Teixeira, Rui Pereira, Urbano de Campos, Vladimiro Guinot Cartune Manuel da Palma Site David Raposo

Apartado 75066 EC Calçada de Carriche 1750-999 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

Assinaturas: 1 ano (12 números): Donativo mínimo 15 € / Apoio, o mais possível

Construir a corrente

Venham mais cem

«É através da luta pelos seus interesses imediatos, por reformas e objectivos parciais, que os explorados se unirão e organizarão para lutas superiores. (...) Porém, ao empenharmo-nos nessas lutas diárias, por reivindicações muitas vezes modestas, não perdemos de vista que a sua utilidade é incutir gradualmente nos trabalhadores a confiança nas próprias forças, o repúdio pela ordem capitalista, a consciência e determinação revolucionárias.

São positivas as lutas que contribuem para pôr explorados e exploradores em confronto, não as que semeiam ilusões na colaboração de classes. Alertamos os trabalhadores contra a miragem de que uma espiral infinita de reformas transformaria, como por milagre, o inferno capitalista num paraíso socialista. Dizemos que conquistas verdadeiras só com lutas superiores podem ser alcançadas e que tudo depende de se criar um campo resolutamente anticapitalista.»

do **Manifesto Mudar de Vida**, distribuído com o n.º 1 do «MV» e disponível em www.jornalmudardevida.net

Ultrapassada a primeira centena, lançamos a campanha para mais cem assinantes. Para isso contamos com o seu apoio, para irmos mais longe na distribuição geográfica e para irmos construindo o “campo resolutamente anticapitalista” que faz falta. Se cada assinante der a ler o seu exemplar e trazer um novo leitor e um novo assinante, a corrente desdobra-se rapidamente. A rede de distribuição tem de construir-se com a força dos assinantes, passando o MV de mão

para mão, levando-o para o interior dos núcleos que integram: família, amigos, vizinhança, local de trabalho. O MV nasceu sobretudo para dar voz às inquietações que nos assaltam no mundo e na sociedade contemporânea; hoje somos muitos, amanhã seremos muitos mais.

Assinar o jornal

O pedido de assinatura pode ser feito no site www.jornalmudardevida.net (Assinaturas), não esquecendo de fazer uma transferência para a conta do MV, em qualquer caixa Multiban-

co (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), inserindo a quantia a transferir e o NIB da conta de destino – 0032 0114 00200524301 33. Para saberms de quem vem o contributo não se esqueça de nos enviar um e-mail a comunicar a transferência. As assinaturas podem ainda chegar por correio; envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual a inicia e junte um cheque traçado ao portador.

Cristina Meneses

As vozes de Viana e Lisboa silenciosa

Duas sessões de apresentação em Janeiro

Lisboa, dia 11, Biblioteca-Museu República e Resistência

Viana do Castelo, dia 18, Clube Recreativo dos Operários dos Estaleiros Navais

As lições devem ser tiradas: a conferência temática, O jornalismo político e o movimento social, proposta na ocasião da apresentação do MV em Lisboa não suscitou grande interesse, a avaliar pelo baixo número de presentes. A generosidade do jornalista Rui Pereira não é por isso menos importante de ser referida e continuaremos a contar com a sua colaboração nas páginas do MV. E uma nota de simpatia para João Mário Mascarenhas que vai «mudar de vida», como anunciou na sessão, com a sua saída da direcção da Biblioteca-Museu. Em Viana, uma conversa menos orientada abriu lugar a uma maior participação. Gente que não

encontra espaço onde se fazer ouvir compareceu e ofereceu ao MV matéria rica para próximas edições do jornal – assim o concretizem – propondo também organizar-se para prosseguir, com regularidade, encontros e conversas dinamizadas localmente. Só episodicamente se conhecem reacções às políticas do Governo como aquelas que mobilizam os utentes do Serviço Nacional de Saúde, porque o problema não é só seu, mas há, nos reflexos que têm na vida de cada um, um “incómodo” ainda em surdina (ou silenciado) porque parece ser só nosso. É o caso da professora destacada em Paredes de Coura que continua a reclamar condições dignas para a

escola apesar de sucessivas passagens de inspectores formatados para processarem rácios e índices normalizados, da emigrante em Londres que não encontra a solidariedade dos compatriotas ou de trabalhadores nos Estaleiros que assistem ao desperdício dos investimentos do Governo em produção de material de guerra, ao abaixamento das condições de trabalho e à exploração do trabalho imigrante, condição que, crescentemente, não desprezam e assumem no país vizinho com salários invejáveis. José Mário Branco e Tino Flores fecharam o encontro com cantos de resistência entoados por todos.

Cristina Meneses

EDITORIAL

Fazer pressão

Discursando para as hostes em Alcochete, José Sócrates disse não haver governo que tenha deixado tantas “marcas de esquerda” na política social. Dias depois, substituiu dois ministros com o claro intuito de neutralizar as vozes críticas vindas, precisamente, da “esquerda” situada dentro, e nas imediações, do PS. Aquilo a que Sócrates chama medidas “sociais” não passam de gestos avulsos destinados a mal compensar o desastre causado pelas medidas de fundo do governo. Não há complemento de reforma ou apoio à natalidade que compensem a queda do nível de vida causada pelo desemprego e pelos baixos salários. Não há leis “civilizacionais” que anulem a degradação das condições de saúde da população provocada pelo desmantelamento dos serviços. Não há ajudas que invertam a quebra do nível de aprendizagem originada pelos cortes orçamentais no ensino. As medidas que incentivam a exploração do trabalho em condições mais favoráveis para o patronato, em que o governo se tem empenhado acima de tudo, têm incomparavelmente mais efeitos sociais que os paliativos a que Sócrates chama “sociais”. A marca definidora do seu governo é dada por aquelas e não por estas. A mensagem do primeiro-ministro – para mais na iminência de crise económica mundial - tem uma leitura precisa: do regime não virá nada mais “à esquerda”; contentem-se pois as classes trabalhadoras com o pouco que lhes é dado; e não alimentem esperanças de progresso. Mas isto indica que a única oposição eficaz é a que se forja fora e contra o regime que Sócrates tão bem corporiza. Mudar de política é, no que interessa aos trabalhadores, despedir este governo por acção de um movimento popular capaz de bloquear a aplicação das suas medidas e impedir que outro igual lhe suceda. Como dizia uma manifestante em frente da Assembleia da República, “não vai haver mudança, a menos que continuemos a fazer pressão”.

Próximo encontro **23 de Fevereiro** Santo António dos Cavaleiros

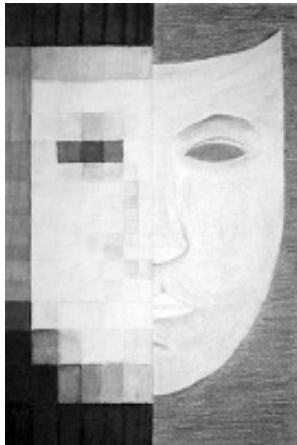
Juntas médicas e classes sociais

A diferença entre ser Ana Maria Brandão e ser Paulo Teixeira Pinto

Ana Maria Brandão, funcionária de uma junta de freguesia de Ponte de Lima, portadora de doença degenerativa, foi obrigada pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), após três anos de baixa, a regressar ao trabalho em Novembro de 2007. Cumpriu o horário laboral sentada numa cadeira, encostada a uma parede e ajudada pelo pai. Quando as televisões falaram do assunto, o ministro das Finanças deu-lhe nova baixa médica. Reavaliada por nova junta médica, a CGA indeferiu o pedido de reforma antecipada por não se encontrar “absoluta e permanentemente incapaz” para o trabalho.

Em Dezembro, a Junta de Freguesia deixou de lhe pagar o vencimento mensal de 400 euros, por “indicação oral” da ADSE. “Andamos, há mais de três anos, a pagar o vencimento à funcionária e as despesas com deslocações aos médicos sem beneficiar dos seus serviços. Pelo sim pelo não, decidimos suspender o pagamento. Esperamos que a ADSE nos diga, por escrito, se estamos a actuar dentro da legalidade ou não”.

Paulo Teixeira Pinto, ex-administrador do BCP, 46 anos, foi passado à reforma com 35 mil euros mensais por uma junta médica que o considerou inapto para o trabalho.



Pela rescisão do contrato recebeu 9,732 milhões de euros, e já arranhou um cargo numa consultora financeira.

Dentro dos democráticos princípios que o governo preconiza para “uma sociedade moderna e competitiva, em que tem de existir solidariedade entre o sector público e o privado” e estando a ajudar o BCP a pôr a casa em ordem, parece-me que:

Devia aconselhar a administração do BCP a contratar as mesmas juntas médicas que avaliam os funcionários públicos porque - dando sinais de serem muito mais rigorosas - defenderiam muito melhor os seus interesses.

O presidente da junta de freguesia,



“pelo sim pelo não”, devia aconselhar a nova administração do BCP a suspender os pagamentos a Teixeira Pinto, esperando que o Banco de Portugal diga, por escrito, se estão a actuar dentro da legalidade ou não”.

E deviam avisar a consultora financeira que contratou Teixeira Pinto de que se arrisca a “pagar o vencimento e as despesas com deslocações aos médicos sem beneficiar dos seus serviços”.

E as Ana Marias deviam aconselhar-se com os Teixeiras Pintos. Ou nada disto faz sentido - e, então, com tantas juntas, será já tempo de nos juntarmos para dar volta a isto.

M. Gouveia

BREVES

Auschwitz-Gaza

Cavaco Silva participou, na Sinagoga de Lisboa, numa evocação das vítimas do holocausto promovida pela Comunidade Israelita, no aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz. Como chefe de um estado laico é inaceitável que se tenha prestado a fazê-lo num templo e de acordo com os ritos de uma confissão religiosa - colaborando na deturpação que procura reduzir um crime contra a humanidade a um crime contra os fiéis de uma dada religião. No plano político, é igualmente inaceitável que a condenação dos crimes de ontem dos nazis contra os judeus tenha servido para silenciar os crimes praticados hoje contra os palestinos - quando, aos olhos de todos, milhão e meio de pessoas estão cercadas no campo de concentração em que o estado israelita, reclamado herdeiro das vítimas de Auschwitz, transformou a faixa de Gaza.

Corrupção

As declarações do bastonário da Ordem dos Advogados geraram polémica e mal-estar entre os partidos do poder. Muitos dos casos de corrupção de altos e médios funcionários do aparelho de Estado e de enriquecimento ilícito, de que falou Marinho Pinto, metem-se pelos olhos dentro, e só não os vê nem os investiga quem não quer ou não pode fazê-lo. Não fora esta justiça uma justiça de classe, bastaria investigar seriamente alguns senhores que se têm passeado entre ministérios, autarquias e conselhos de administração nas últimas décadas, as medidas que adoptaram em benefício de diversas empresas e sectores económicos, assim como a forma como adquiriram as fortunas de que hoje usufruem.

Voto contra, light

Porque considera que “a nova lei eleitoral autárquica põe em causa uma trave mestra da democracia”, Manuel Alegre absteve-se na votação na Assembleia da República!

Correia de Campos devia sentar-se no banco dos réus

O ministro da Saúde Correia de Campos foi uma das mais sinistras personagens que passaram pelos governos de Portugal. Poupar dinheiro e desmantelar o Serviço Nacional de Saúde são os objectivos políticos, a agenda secreta da quadrilha que nos governa. Alguns dos seus correligionários desfazem-se agora em indignação bradando contra aquilo que designam de «aproveitamento político da morte de duas crianças». Independentemente do que levou à morte das duas crianças, o que é indigno são as circunstâncias em que ambas faleceram. O bebé de Anadia foi assistido e morreu na rua, em frente de um hospital onde não deu sequer entrada. Porque a urgência tinha sido encerrada quinze dias antes.

O bebé de Viseu foi enviado de um Centro de Saúde para o Hospital por ter uma situação grave. No entanto a ambulância que o transportou não levou nem médico nem enfermeiro. Este bebé seguiu sozinho com a mãe

e o tripulante da ambulância. E morreu.

Uma idosa esperou quatro horas na urgência hospitalar de Aveiro e morreu sem ser vista por um médico. Situações como estas têm-se sucedido desde que Correia de Campos começou a sua sinistra actuação. Decorrem dessa sua actuação que se tem pautado pelo encerramento cego de serviços.

Foi demitido. Eu preferiria vê-lo sentado no banco dos réus, acusado da prática reiterada de homicídios por negligência. Num país civilizado seria aí que ele iria responder.

Ismael Pires (<http://sol.sapo.pt/blogs/contramestre>)



BREVES

CML despede 96

Mais 96 contratos de prestação de serviços foram rescindidos pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das medidas de “saneamento financeiro”. Os trabalhadores visados denunciam o facto de os critérios não levarem em conta o trabalho desempenhado e sim as escolhas pessoais dos responsáveis municipais. Num dos casos, levantado pela própria pessoa na Assembleia Municipal, o trabalho era exercido há 5 anos e meio e o contrato tinha sido firmado com base numa declaração do Director Municipal de Recursos Humanos de que as funções eram imprescindíveis para o funcionamento dos serviços.

Evolução

Quando, em Dezembro passado, a Câmara de Lisboa concedeu um subsídio de 400 mil euros aos organizadores do rali Lisboa-Dacar e os isentou de taxas de ocupação do espaço público, o vereador do BE José Sá Fernandes votou contra, argumentando com o facto de o rali ser promovido por uma “entidade privada”. Um mês depois, quando a mesma questão se colocou para o festival Rock in Rio, o argumento já não serviu e até se inverteu. Sá Fernandes votou a favor da proposta do PS e secundou as justificações de António Costa para gastar dinheiros públicos em apoio dum iniciativa privada com fins lucrativos.

Fazer pressão

Movimentos de utentes de vários municípios (Anadia, Vouzela e outros), que nos últimos tempos têm perdido serviços de saúde, fizeram uma manifestação, que reuniu várias centenas de populares, frente à Assembleia da República, protestando contra a actual política de saúde do governo. Comentando para a televisão a demissão do ministro da Saúde, uma das manifestantes disse: “Julgo que não vai haver mudança, a menos que continuemos a fazer pressão”.

Nada de bom a esperar

Governo prepara novo código do trabalho

O Livro Branco das Relações Laborais é um relatório/receituário elaborado a mando do governo e que visa aplanar o caminho para a aprovação de um novo e mais gravoso Código do Trabalho. Sob a capa de “estudo objectivo”, o relatório prenuncia já o que o governo e os patrões preparam no domínio da legislação laboral. Preparando o terreno para esta nova ofensiva das classes dominantes, um vasto exército de políticos militantes, de economistas e jornalistas mercenários começou, de há muito, a fazer campanha pela alteração das leis laborais. Ainda há poucos dias, no jornal do Sr. Belmiro de Azevedo, e numa oportuna encomenda, um professor da Universidade de Harvard (que também já foi economista-chefe do FMI), falava sobre o “perigo destabilizador dos sindicatos em termos de comércio e de crescimento económico” e advertia contra as “práticas laborais rígidas e estruturas salariais uniformes que não recompensam adequadamente o esforço e a competência”.

Nem trabalhadores nem as suas organizações de classe podem alimentar quaisquer ilusões sobre o que aí vem nas leis do Trabalho

sabendo, de experiência prática, em que lado da barricada se encontra o governo de José Sócrates. O capital não quer perder esta oportunidade de alterar as leis e não se contentará com pouca coisa.

No que se refere aos despedimentos, o novo Código tratará de garantir ao patronato a possibilidade de despedir com mais facilidade (e mais barato, diminuindo as indemnizações), inclusive recorrendo ao pretexto de inaptidão do trabalhador.

No que diz respeito ao tempo de trabalho – a flexibilidade é um objectivo, mesmo que tal não venha a ser expresso – o governo e os patrões procurarão eliminar a fixação de limites diários e semanais dos horários de trabalho, de modo a não pagarem, como tal, as horas extraordinárias.

Na contratação colectiva, sendo desígnio do patronato pôr fim às convenções colectivas de trabalho, é previsível a abertura de condições para eliminar centenas de convenções colectivas em vigor, substituindo-as por contratos individuais de trabalho - o que permitirá aos donos das empresas só fazer revisões salariais ou renegociar contratos quando e

como entenderem.

Em relação aos direitos de reunião dos trabalhadores e à sua actividade sindical, o novo Código procurará reduzir as horas que actualmente são concedidas para esse efeito e criar vários outros obstáculos ao exercício desses direitos e actividades.

Não é difícil, por tudo isto, prever que o objectivo do novo Código do Trabalho é proporcionar ao patronato melhores condições de exploração dos trabalhadores, fazer crescer os lucros das empresas e a acumulação de capital. Desse modo, tornar-se-á ainda maior o já enorme fosso que separa ricos e pobres na sociedade portuguesa.

Tudo isto acontecerá, se os trabalhadores e as suas organizações não encetarem desde já um processo de discussão, mobilização e contestação a partir da base, que ganhe força nas empresas e nas ruas (locais fundamentais da luta de classes), permitindo-lhes enfrentar com unidade e firmeza as duras batalhas que se avizinham e que têm de ir muito para além das negociações institucionais entre ministros, patrões e dirigentes sindicais.

Pedro Goulart



O que pretende a nova lei eleitoral autárquica?

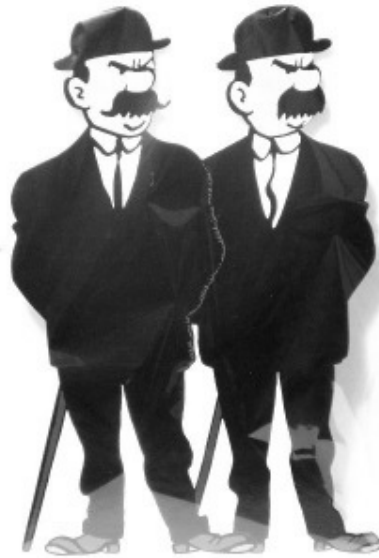
O que o PS e o PSD pretendem, com a nova Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, é dar os primeiros passos no sentido de transformar o actual regime político num regime de bipartidarismo, em que só têm importância os partidos do centro. À semelhança dos últimos anos da monarquia, procuram instituir algo semelhante ao que ficou conhecido como o rotativismo, em que o Partido Regenerador alternava no poder com o Partido Progressista. E, quando fora do poder, os mesmos revezavam-se nas mordomias e nos privilégios dos cargos nas instituições públicas, com a Companhia Geral do Crédito Predial Português, transformada em sofá e símbolo do "Bloco Central do rotativismo". Na ausência de apropriadas fundações ou de um qualquer cómodo gabinete de estudos ou agência governamental (coisas para outras épocas), havia que agarrar o que estava "à mão".

Esta realidade histórica parece querer repetir-se com a reivindicação do chefe do PSD (Luís Filipe Menezes) de atribuição da direcção da Caixa Geral de Depósitos a um seu correligionário, ao que, solicitado, correspondeu o chefe do Governo com a respectiva nomeação.

A argumentação desenvolvida no preâmbulo do Projecto de Lei procura apresentá-lo como sendo uma actualização do actual sistema eleitoral autárquico, "um passo significativo para a modernização da administração territorial autárquica" e "para a qualificação da democracia local" (esta é um mimo).

Todavia, nenhum destes argumentos cola com a realidade, pois com a actual doutrina eleitoral pelo método de Hondt, 89% dos Municípios Portugueses são administrados em regime de maioria absoluta, e somente 11% não são dirigidos desta forma.

De facto o que o que se pretende? A Câmara deixará de ser eleita pelo voto directo dos cidadãos, pois passará a haver apenas uma lista



para a Assembleia Municipal, cabendo ao cabeça de lista do partido mais votado desempenhar as funções de Presidente da Câmara, ficando automaticamente esse partido com a maioria absoluta na vereação – mesmo que alcance na votação para a Assembleia Municipal apenas mais um voto.

Estamos em presença de uma grave deformação do princípio da proporcionalidade eleitoral e de um retrocesso do pluralismo na representatividade local. Os votos deixam de ser todos iguais, pois passam uns a valer mais do que outros.

Para além do que é inicialmente denunciado neste artigo, o que a nova lei procura é, acima de tudo, dificultar o controlo e fiscalização dos actos dos executivos camarários, ao limitar ou, pura e simplesmente, arredar a oposição de lugares na vereação. Nem o argumento do reforço de poderes das assembleias municipais pode merecer quaisquer créditos, pois todos sabemos a falta de meios e condições de que as assembleias municipais dispõem para exercer a sua fiscalização.

Os poucos casos de denúncia de corrupção e de troca de favores e de transferência de bens públicos para a esfera privada deram em nada. Quem ainda se lembra das

revelações do ex-vereador do urbanismo do município do Porto, Paulo Morais, onde este, em entrevista dada ao "Diário Económico", procura explicar como o urbanismo se tornou numa forma dissimulada de transferir bens públicos para entidades privadas e uma forma oculta de financiamento partidário?

Se, com a actual lei, as coisas já são o que são, com o afastamento das oposições dos executivos autárquicos fica o caminho livre para toda a espécie de arbitrariedades e manigâncias. Sem o crivo da crítica e da vigilância estamos próximos de tempos de fartar vilanagem e autêntico regabofe.

Tal como o rotativismo do período monárquico significou o início da sua decomposição, este que agora nos pretendem impor não deixa de ser igualmente fétido.

Curiosamente, José Luciano de Castro, em plena Câmara dos Deputados, respondendo a Fontes Pereira de Melo, declarou: é necessário que se organizem dois partidos, somente; um – mais ou menos conservador, e outro – mais ou menos avançado (13 de Janeiro de 1871).

Qualquer semelhança com o presente é pura coincidência, dizemos nós.

Filipe Dias, autarca

BREVES

Roubo, também nas pensões

As alterações introduzidas na Segurança Social pelo Governo de Sócrates estão a ser aplicadas, no conjunto, desde Janeiro. Sobretudo os reformados que auferiam salários mais baixos são fortemente atingidos pelas novas medidas. O economista Eugénio Rosa apresenta o caso concreto de uma trabalhadora do sector têxtil que, se se tivesse reformado em 2006, receberia 461 euros de pensão; mas, reformada em 2007, só recebe 388 euros. Pensões mais baixas e tempo de trabalho obrigatório mais alongado são os resultados das medidas governamentais. À sombra da "modernização" e da "sustentabilidade" da segurança social, são canalizadas para o capital, também por esta via, massas consideráveis de riqueza.

Que generosos...

Pela nova lei, os pensionistas iriam receber em Janeiro os aumentos de Dezembro, no valor de 2,4 % sobre o montante das suas pensões. A 90% deles caberiam menos de 15 euros a mais. Mas seriam cerca de 15 milhões a debitar pelas Finanças num só mês. Então, o ministro Vieira da Silva resolveu transformar milhões em tostões, dividindo os magros 15 euros por catorze meses. Contando com os que, entretanto, morressem, seria muita poupança. Diante dos protestos, o ministro recuou e vai agora pagar o total devido, quando puder. O autor da manobra foi o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, que teve o desprate de dizer que os pensionistas sairiam beneficiados porque os aumentos de 2009 incidiriam sobre uma base maior... (MV/JR)

Ensino de nível

Dois sociólogos ouvidos no Parlamento acusaram escolas públicas de rejeitarem alunos com insucesso escolar ou de origem social baixa para que o estabelecimentos apresentem maiores níveis de sucesso.

OPINIÃO

Sindicalismo de classe

A CGTP promoveu em 24 de Janeiro uma manifestação em defesa da contratação colectiva. Apesar de ter sido uma acção de delegados e dirigentes sindicais, a divulgação pública foi deficiente.

Os objectivos são justos, mas uma mobilização limitada aos quadros e delegados sindicais deixa de fora a massa trabalhadora. Cabe perguntar que efeitos são de esperar deste tipo de acção; em que projecto de luta se insere; que propósitos de mobilização dos trabalhadores existem.

Segundo quadros sindicais, a proximidade do congresso da CGTP cria uma certa necessidade de trazer as bandeiras sindicais para a rua; mas existe também pressão de delegados e dirigentes sindicais de base sobre a urgência de reagir às medidas do governo e dos patrões.

As mesmas fontes estão convencidas de que o congresso vai decorrer nos moldes habituais, com intervenções das diversas correntes que integram a Central. Muito provavelmente, a discussão vai girar à volta de saber se Carvalho da Silva continua ou não à frente da direcção e em que condições; e em torno da filiação internacional. Mas teme-se que fique de fora, por exemplo, o acordo de rendimentos que atrela a CGTP a um Salário Mínimo Nacional de 500€ em 2011!

Falta um programa de acção que mobilize as bases sindicais e a massa que não é tocada pelos sindicatos.

Apesar de crescer a insatisfação nas bases activas dos sindicatos, não existe uma corrente de ideias e práticas que traduza esse descontentamento em propostas alternativas. Assim sendo, há que continuar a fazer o trabalho da formiga, fomentando a luta, a solidariedade entre trabalhadores e o debate de ideias sobre um sindicalismo de classe e combativo, fortemente baseado na democracia dos trabalhadores.

Urbano de Campos

A greve valeu a pena

Vitória dos trabalhadores da Valorsul

A greve dos trabalhadores da Valorsul, de 13 a 20 de Novembro, acompanhada de perto pelo MV, deu origem a um período de negociações com a administração desta empresa de capital público que assegura o tratamento dos resíduos de cinco concelhos da região de Lisboa (Lisboa, Vila Franca de Xira, Amadora, Odivelas e Loures). Fonte sindical do SINQUIFA informou-nos de que o desfecho desta luta foi, no essencial, favorável aos trabalhadores. Estes sentem que o processo de luta, que lhes custou algum cansaço físico e sacrifícios económicos, valeu a pena. Vejamos os vários aspectos decorrentes da negociação.

Acordo de empresa inalterado

Exceptuando o estabelecimento de regras para a marcação das férias (como, aliás, já estava no Código Bagão), “não se mexeu no acordo de empresa e estamos apenas a discutir os aumentos salariais”, referiu a nossa fonte. Conseguimos 2,2% de aumento, mas com a condição de os salários mais baixos subirem 3,6%, quando a administração propunha apenas 1,5%. Além disso, serão pagos retroactivos desde Janeiro de 2007, inclusive.

A razão mais imediata da greve – a intenção dos patrões de reduzirem para 8 horas os períodos de descanso entre turnos, que podem atingir 16 horas seguidas de trabalho – obteve vitória total.

A administração comprometeu-se, ainda, a que não haverá processos



disciplinares relacionados com esta greve. Restam, todavia, quatro processos relativos à primeira greve que teve lugar em Setembro; quanto a estes, apesar de a administração se ter comprometido a que a “sanção máxima possível” seria uma repreensão registada por escrito, os trabalhadores não cedem mas aceitam dirimir a questão em tribunal.

Fica pendente a marcação de faltas injustificadas aos trabalhadores que não aceitaram a imposição dos serviços mínimos abusivos e fizeram greve; e a própria determinação desses serviços mínimos abusivos (80% da laboração total), que na altura foram definidos por despachos de dois ministros. Esta questão também será dirimida em tribunal do trabalho. Houve, aliás, logo na altura, interposição de providências cautelares pelos trabalhadores

contra este abuso – que, como já aqui explicámos, tem como objectivo esvaziar o direito à greve de quaisquer consequências na produção, tornando as greves inócuas e inofensivas e, ao mesmo tempo, castigando os grevistas.

Apoio popular foi decisivo

Segundo o trabalhador contactado, esta vitória não teria sido possível sem as pessoas que apoiaram os piquetes. “Deram-nos força moral para persistir e força física para enfrentar a repressão policial que veio apoiar os patrões”, disse, considerando também importante o apoio manifestado por vários partidos da esquerda.

Esse apoio suscitou a presença da comunicação social, que foi muito importante. “Muitas lutas perdem-se porque são abafadas, não chegam ao conhecimento das pessoas. Se fosse sempre assim...”

José Mário Branco

Gestores chegam a ganhar 219 vezes mais que os trabalhadores

Só os mais empedernidos defensores do capitalismo não são capazes de reconhecer quão escandalosas são as diferenças existentes em Portugal entre os salários dos trabalhadores e os vencimentos que os gestores e os patrões embolsam.

Segundo um estudo feito pelo Jornal de Negócios, em 2007 os vencimentos médios dos administradores executivos das 20 principais empresas cotadas na Bolsa foram 33 vezes superiores ao salário médio dos trabalhadores das mesmas empresas. O montante médio desses vencimentos atingiu no ano passado 871 mil euros mensais, tendo cescido 9% em relação a 2006. Olhando caso a caso, os gestores da Semapa

ganharam 219 vezes mais que os trabalhadores (1,76 milhões de euros contra 8 041 euros). Na Portucel a diferença foi de 73 vezes, no BCP de 67, na Brisa de 62, na Portugal Telecom de 58 e na Jerónimo Martins de 56. Para além da Semapa, também o BCP Millennium, a Brisa e a Portugal Telecom pagaram aos seus administradores executivos vencimentos anuais superiores a um milhão de euros.

Na EDP e da Brisa, nem mesmo a diminuição dos lucros (em 12,23% e 43,88%, respectivamente) foi razão para contenção de vencimentos. O vencimento anual dos seus administradores aumentou em 109% e 118%.

Pedro Goulart

Ninguém é ilegal!

Imigrantes sem direitos só interessam aos patrões que assim os exploram por baixo preço, rebaixando o custo da mão de obra de todos os trabalhadores

As migrações humanas são resultado de necessidades básicas de alimento e abrigo, de fuga à miséria, à subvida, à guerra, às perseguições. Nunca haverá meios repressivos suficientes para deter estes grandes movimentos sociais. Como nos diz Timóteo Macedo, da Solidariedade Imigrante, as autoridades do Estado “insistem no problema das quotas, o que para nós é uma política completamente incorrecta. Porque nós sabemos que é impossível regular os fluxos migratórios.”

Quem precisa de emigrar decide em função do mercado do trabalho. Segundo a experiência de Timóteo Macedo, “as pessoas, sabendo que há trabalho, emigram. Não emigram com o espírito... aqui está-se bem, agora vou para outro país. Não tem nada a ver com isso. O trabalho é um factor estrutural da pessoa que emigra.”

O patronato quer imigrantes em condições precárias

Os imigrantes são uma oferta de braços que se vai equilibrando com a procura de mão-de-obra, como em qualquer mercado. Existe imigração – legal ou ilegal – porque os patrões precisam de mão-de-obra imigrante. É significativo que não se oíçam as organizações patronais falar mal da imigração. E, além de precisarem deles, precisam de os ter indocumentados e fragilizados, para os poderem ter a baixos preços e em condições de trabalho ilegais, precárias e degradadas.

Para José Falcão, do SOS Racismo, “O imigrante serve para tudo: serve para estar aqui sem direitos e ser explorado. Muitas vezes, nos primeiros meses, nem se lhes paga salários, dá-se-lhes 20 euros, 50, para poderem continuar alimentados. Os escravos pelo menos eram alimentados; agora são eles que têm de pagar. Trabalham e quando finalmente conseguem contrato ficam abaixo do salário dos autóctones.” Um dos exemplos é o da agro-indústria de frutas e legumes da Andaluzia, que assim se tornou nos últimos anos a zona mais rica da Espanha: muitos milhares de trabalhadores (africanos e sul-americanos) escravizados, perseguidos e discriminados, a viverem em contentores e barracas ao lado das estufas onde trabalham,



quase sem descanso, por poucos euros. O número dos expulsos ou rejeitados nas fronteiras é uma pequeníssima parte dos que entram; esses casos não impedem a imigração, apenas servem de “exemplo” para manter os imigrantes inseguros e assustados.

Unidade de todos os trabalhadores, imigrantes incluídos

Tem sido essa a verdadeira “política de imigração” dos governos portugueses. E o que os Estados e os patrões fazem com os imigrantes é apenas uma antevisão ou um laboratório do que querem vir a fazer com todos os trabalhadores. Mão-de-obra barata, insegura, dispersa e sem direitos.

Os trabalhadores portugueses têm uma longa e dura experiência de imigração noutros países. As políticas dos sucessivos governos têm levado milhões de portugueses a procurarem trabalho nos países mais ricos. Agora mesmo, é essa a experiência dos 80 mil portugueses que

trabalham nas obras em Espanha, dos pescadores que vão para França, dos que vão fazer limpezas em Inglaterra ou na Alemanha. O desemprego português (e a conseqüente emigração) é uma chantagem do patronato sobre o preço da mão-de-obra em Portugal, uma arma dos patrões para baixar a cabeça e meter medo aos que ainda têm trabalho. Sempre foi assim; é um jogo de forças indispensável ao capitalismo. A única força dos trabalhadores é a sua unidade reivindicativa nas empresas, nos sectores económicos e na produção em geral.

Unidade que tem de ser estendida aos imigrantes, exigindo que todos tenham os mesmos direitos. A existência de imigrantes sem direitos, os limites policiais e administrativos à livre circulação dos trabalhadores entre os países, dos quais resultam a imigração ilegal e as máfias que a exploram, são maneiras de fragilizar a força de trabalho local, porque através dos imigrantes ilegais o patronato pressiona a baixa dos salários dos restantes trabalhadores. Para que isto não suceda há que exigir a legalização dos imigrantes e os seus plenos direitos laborais.

José Mário Branco



Os naufragos da Culatra

(da entrevista de Timóteo Macedo ao MV, a publicar proximamente)

Quando apareceram os marroquinos, foram levados a tribunal e depois foram presos – eles dizem que não estão presos, mas estão presos, estão coarctados da liberdade – num centro habitacional a que chamam Centro de Instalação Temporária. No aeroporto de Lisboa (Portela), no do Porto (Sá Carneiro), há um centro onde metem as pessoas quando há problemas de documentação, ou quando são sujeitos a interrogatório, esperam ali. Depois, se o SEF não lhes permite entrar – mesmo que venham com visto de turismo, mas, quando são submetidos a uma entrevista... ele não tem direito a defesa, está ali sozinho, está desprotegido, fragilizado, está aterrorizado, e... se o inspector lhe disser “Mas... você não gostaria de trabalhar aqui em Portugal? Você no Brasil não vive mal?” “Sim, eu gostaria de trabalhar...” “Então se arranjar um trabalho, você vai ficar, não é?” “Sim, sim...” “Pois é, mas então esse visto [que você tem] não é próprio para trabalhar, portanto você vai ter de regressar.” Então isto é escrito, e ele diz “assine aí”, e ele assina.

Duas ideias fundamentais

Primeira – Os fluxos migratórios definem-se, no essencial, em função do mercado do trabalho e são fenómenos sociais incontrolláveis por via administrativa ou policial. A perseguição ou escravização dos imigrantes, além de criar uma rede de máfias que gerem esses fluxos conforme as necessidades do patronato, serve para assegurar às empresas uma mão-de-obra barata e sem direitos.

Segunda – O tratamento dado pelo Estado e pelos patrões aos imigrantes destina-se a precarizar os trabalhadores locais, fazendo-os aceitar perdas de direitos e baixos salários. O interesse dos trabalhadores portugueses é unirem-se aos trabalhadores imigrantes que os patrões sobre-exploram, exigindo que todos sejam cidadãos com direitos iguais.

Porto Solidariedade com os imigrantes marroquinos expulsos

Por volta das 15h30 do dia 23, soara o alarme. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras preparava-se para, ainda nessa tarde, proceder à deportação de mais alguns dos imigrantes detidos no Espaço de Acolhimento de Estrangeiros e Apátridas, Unidade de Santo António, no Porto. Os que chegaram ao local cerca das 16h30 não viram sair ninguém. Por volta das 18h00, a advogada de alguns dos detidos informou que já só estavam seis marroquinos dentro do Centro de Instalação Temporária do SEF. A deportação vespertina já tinha tido lugar.

Cerca das 18h30, umas três dezenas de pessoas estavam junto ao portão de entrada do Centro, no seguimento de um apelo para uma vigília decidida na noite anterior, no seguimento das notícias sobre as primeiras operações secretas, e ilegais, de deportação. Distribuíamos um folheto, também ele definido em cima da hora, onde se questiona o ministro sobre as políticas de imigração europeias e exibíamos uma faixa com os dizeres: “Ninguém é ilegal”.

A vigília durou cerca de duas horas. Por volta das 20h30, o deputado do BE José Soeiro tentou visitar os imigrantes para lhes entregar as mensagens recolhidas entre as pessoas que se manifestavam. Foi-lhe dito que eles já estavam a dormir.

Cá fora, a assembleia dos presentes decidiu marcar uma reunião para preparar uma manifestação para o dia 9 de Fevereiro, onde



se exija a alteração desta lei criminosa que protege de facto as redes mafiosas de tráfico de migrantes, onde se denuncie a brutalidade da actuação do governo português neste caso concreto e onde, enfim, se pugne por esse direito fundamental que é o da livre circulação de seres humanos, sem esquecer que as migrações têm causas e que, essas causas sim, devem ser alvo de combate internacional. Consigamos que a miséria e a fome se transformem em memórias do passado e poderemos deitar as fronteiras ao lixo.

Antes de desmobilizarmos, subimos a rua e, em frente ao bloco onde eles estão detidos, tentámos comunicar. Obtivemos resposta. Durante cerca de cinco minutos, conversámos com eles, fizemos-lhes sentir que havia gente solidária, sorrimos ao ouvir o seu “Obrigado”. Findo esse tempo, eles terão sido calados, mas puderam-nos ouvir durante mais alguns minutos até que a polícia nos impediu de prosseguir.

António Cunha

O falso humanismo do ministro Rui Pereira

O ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, considera ter tomado a decisão correcta quanto à expulsão dos marroquinos detidos no Porto e que o fez em nome de valores humanistas. As autoridades evitaram o esclarecimento sobre a situação dos detidos, chegando-se a falar de segredo de justiça, e apressaram-se a expulsá-los sem sequer informar pelo menos uma das advogadas que acompanha o processo.

Perante a forma como todo o processo foi conduzido e a iminência de expulsão dos restantes imigrantes, o conjunto de associações que convocou a vigília colocou ao sr. ministro as seguintes questões:

Foram os cidadãos marroquinos informados acerca do direito que lhes assiste de requererem autorização de residência por serem vítimas de tráfico ou de auxílio à imigração ilegal (art.109.º da Lei de Estrangeiros), dando-lhes a protecção

adequada?

Isso, sim, representaria o cumprimento da Lei e seria uma actuação pautada por valores humanistas, pois impediria que estas pessoas concretas voltem a colocar a sua vida em risco. Quais as possibilidades reais que são disponibilizadas pelo nosso país e pelos restantes países da UE com vista a permitir oportunidades de imigração legal a estes e tantos outros marroquinos, a estes e tantos outros africanos, a estes e tantos outros cidadãos “extra-comunitários”? Poucas ou nenhuma.

Na verdade, as declarações do sr. ministro são pura demagogia. O que a experiência tem demonstrado é que a repressão e securização das fronteiras só tem resultado no total desrespeito pelos direitos humanos e não tem resolvido o problema da imigração clandestina. Só o tem agravado.

Brasil: o passo a passo das reformas neoliberais

No Brasil, o Governo de Lula, do Partido dos Trabalhadores, dando continuidade ao projeto neoliberal, está a atacar descaradamente os trabalhadores. Durante toda a década anterior, o PT ainda fez oposição às reformas de desmonte da legislação social e trabalhista de Fernando Henrique (FHC). Entretanto, o PT, logo ao assumir, começou a desmontar a Previdência Social. Uma burocracia sindical profissionalizada gerada em longo processo dentro do partido agora cumpre seu papel de “gestores da economia” em cargos de governo e Fundos de Pensão. Administra a crise do Capital, seguindo o receituário neoliberal: descarregar o peso da crise nas costas dos trabalhadores.

Reforma da Previdência - Criou os Fundos de Pensão. Trabalhadores: alerta! Fundos de Pensão são previdência privada que não dá garantia nenhuma (podem falir e sumir com o dinheiro, como ocorreu no Chile e nos EUA), e ainda serviram de fonte de financiamento para a burocracia sindical, para compras de votos no congresso e financiamento de campanhas. Sucessivas reformas estão a aumentar a idade de aposentadoria, alegando um suposto déficit inexistente na Previdência Social.

Reforma Trabalhista – Está a tramitar no Congresso Brasileiro uma reforma que suprime e altera centenas de artigos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, criada por Getúlio Vargas na década de 40, sob pressão dos trabalhadores.): Fim das férias remuneradas, flexibilização da jornada de 8 horas, fim das licenças de maternidade, etc.

“Super Simples” – Lei das Micro e Pequenas Empresas, permite a estas driblar a legislação trabalhista de muitas formas. Está disfarçada de “reforma tributária” e desoneração. O empresariado está a atacar os direitos trabalhistas toda vez que clama pela redução de impostos e carga tributária!

“Emenda 3” – Projeto que visava desonerar de impostos as empresas, permitindo-as contratar trabalhadores como “autônomos”,



sem vínculos trabalhistas. Seria o fim da carteira de trabalho. Cabe dizer que milhões já trabalham sem carteira (terceirizados, falsas “cooperativas”) no Brasil. Em muitos casos, a jornada excede de longe as 8 horas, chegando a 14 ou 15 horas: alta rotatividade, ausência de licença médica e direitos. Não raramente se paga menos que o salário mínimo. Escravatura assalariada disfarçada de “contrato entre indivíduos e empresas autônomas”. Por sorte, foi derrubado por uma ampla mobilização nacional de sindicatos e movimentos que parou o país todo em 23 de Maio. Greves, bloqueios de rodovias, ocupações em todo o país.

Reforma Sindical – Atrrelamento da estrutura sindical ao Estado. Criação de organismos governamentais de enquadramento sindical. Criminalização do direito de greve disfarçada de “regulamentação” – exigindo coisas impossíveis, como aprovação da greve em assembléia com 2/3 da categoria, aviso desta com 3 dias de antecedência, paralisação parcial, etc. Também mantém o **imposto sindical**, fonte de tesouros para a burocracia sindical.

Outras formas – A **Lei dos Aprendiz** permite contratar adolescentes temporariamente pagando menos que o Salário Mínimo. As Frentes de Trabalho, “contra o desemprego”, submetem trabalhadores a jornadas estafantes por valores menores também que o salário mínimo (cerca de 200 dólares) e trabalho temporário,

prestado a empreiteiras e empresas em obras de construção. O Estado funciona como alcoviteiro para estas empresas.

Trabalho semi-escravo – No campo brasileiro, a cada semana multiplicam-se as denúncias de trabalho semi-escravo, a salários de 50 a 100 dólares, e mecanismos do “escravo do dono do armazém”, onde o trabalhador consome objetos comprados pelo próprio patrão e se converte em devedor. Também há casos urbanos em fábricas, em São Paulo, onde nossos irmãos bolivianos são submetidos a jornadas de 14 horas e salários no mesmo nível acima. Os documentos destes imigrantes ficam retidos com os patrões das fábricas de tecidos (coreanos), que usam isto como meio de pressão.

A Reação dos Trabalhadores – A CONLUTAS/INTERSINDICAL, como o MST (sem-terras) reagem chamando a organização de base no local de trabalho e a desburocratização dos sindicatos como meio de barrar todas estas reformas. A burocracia sindical brasileira se tornou peça chave para a implementação do neoliberalismo, os cães de guarda dos empresários. Para derrotar estas reformas, é preciso derrotar a burocracia sindical.

Aos colegas trabalhadores de Portugal, vale olhar para o que está a suceder no Brasil e nos países mais pobres. É o que poderá futuramente atingir a Europa!

Paulo Marques professor e dirigente sindical

BREVES

Lições da crise

Toda a retórica patronal e governamental, em todo o mundo, sobre a redução do papel do Estado cai por terra com os apelos lancinantes para que o Estado intervenha na crise financeira originada nos EUA e salva a economia da bancarrota. Com isto cai por terra igualmente o suposto papel regulador do mercado, que nas circunstâncias da crise se torna precisamente factor de agravamento das falências e do descalabro económico. Nada como momentos destes para se ver como o capitalismo privatiza os ganhos e socializa as perdas.

Gandhi

Os 60 anos do assassinato de Gandhi, dirigente do movimento de libertação da Índia da colonização britânica, foram evocados, como de costume, com rasgada apologia aos métodos não violentos preconizados por Gandhi. Foi isso que o transformou, de resto, numa figura digna de todos os elogios por parte da velha Europa colonialista. O pacifismo de Gandhi não foi, no entanto, correspondido pelos que, no mundo ocidental, hoje apontam o seu exemplo: a libertação custou aos indianos milhares de mortos, chacinados pelas tropas britânicas que agradeciam a não violência dos seguidores do Mahatma (Grande Alma).

Tratado em xeque

Na Eslováquia, a oposição ameaçou votar contra o Tratado Europeu quando ele for a ratificação no parlamento. A razão tem a ver com a rejeição de uma lei sobre a imprensa que o governo quer fazer passar. Como ao governo faltam cinco votos para a maioria, a oposição joga todos os trunfos. Se o processo pega, não só o referendo constituirá ameaça à unanimidade que os dirigentes europeus querem forjar em torno do tratado. A disputa política interna pode cumprir também esse papel.

BREVES

Georges Habache

Georges Habache, figura carismática da resistência palestina, morreu no exílio, no dia 26 de Janeiro último, com 81 anos de idade. Apesar de uma vida inteira de combate, deixamos sem presenciar a libertação da Palestina nem a criação do Estado único, laico e socialista, por que ansiava, no qual palestinos e colonos judeus fossem por fim iguais.

Dada a emoção popular, os seus adversários da Autoridade Palestiniana decretaram um luto nacional de 3 dias. (Voltaire)

Dúvidas da ONU

Depois de muito discutir, a ONU não chegou a acordo sobre se existe ou não uma "crise humanitária" em Gaza. Um milhão e meio de pessoas estão cercadas pelas tropas israelitas, são sujeitas a incursões militares mortíferas, são privadas de electricidade e de bens de consumo diário, os hospitais não têm meios nem medicamentos, mas mesmo assim há dúvidas. Os mesmos que agora duvidam, nomeadamente os EUA, estão seguros que no Darfur, pelo contrário, a crise é evidente e que o governo sudanês tem de ser encostado à parede. Acontece que no Darfur há petróleo e capitais chineses em força. Em Gaza há só palestinos cercados por um país aliado.

Sinais do desastre

O desastre dos EUA no Afeganistão conheceu um novo episódio com a recusa do governo alemão em enviar mais tropas para o teatro de guerra. A Alemanha tem 3.500 homens no Afeganistão que não participam em acções de combate. O pedido dos EUA, feito por Robert Gates, secretário da Defesa, aos parceiros da Nato era para o envio de mais 3200 homens para as zonas de combate. Um jornal alemão revelou que a carta de Gates estava escrita em termos "invulgarmente rudes". Um relatório divulgado em Washington no fim de Janeiro revelava os riscos de fracasso da operação militar dos EUA no Afeganistão.

Gaza - A chacina

Quando em Março de 2006 o Hamas formou governo, depois de vencer as eleições palestinianas, Israel, EUA e UE impuseram um bloqueio ao povo palestiniano na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza, que deteriorou gravemente as condições de vida na região, enquanto o exército israelita foi fazendo ataques quase diários, matando e ferindo centenas de palestinianos.

Quando, em Junho de 2007, o Hamas – que se recusa a legitimar a ocupação israelita do território – tomou o controlo da Faixa de Gaza, Israel foi acelerando drasticamente um criminoso cerco que atingiu o auge em Janeiro de 2008. Foi impedido o fornecimento de combustível, bens essenciais, medicamentos e até a ajuda humanitária de que dependem, para sobreviver, um milhão e duzentos mil habitantes de Gaza. Sem energia eléctrica nem água potável, os serviços vitais estão paralisados. Medicamentos deixaram de existir e os doentes graves que precisam de tratamentos inexistentes em Gaza, não podem ir aos hospitais de Israel, Egipto ou Jordânia. As poucas autorizações emitidas são frequentemente entregues com um atraso fatal.

Na madrugada de 23 de Janeiro 2008, a cerca que separa o Egipto de Gaza foi furada com explosivos e centenas de milhares de palestinos entraram em território egípcio a pé, em automóveis, camionetas e carros puxados por burros, à procura de alimentos,



remédios, combustíveis.

Israel afirma que está em guerra contra o Hamas devido aos ataques terroristas vindos da Faixa de Gaza contra o sul de Israel.

Uri Avneri, antigo deputado da esquerda israelita, actualmente militante pacifista, comenta: "Nunca nenhum regime colonial, quando confrontado com um levantamento do povo oprimido, reconheceu o inimigo como combatente legítimo". E explica que – tendo o chefe do governo do Hamas proposto um cessar fogo total, não só na Faixa de Gaza, mas também na Margem Ocidental – Israel não aceitou porque, utilizando os ataques como pretexto, o seu verdadeiro objectivo é quebrar os palestinos, reforçando o cerco até que a situação se torne intolerável. Esperam assim levar a população a revoltar-se contra o Hamas e outras organizações combatentes.

Para que toda a resistência palestina se desmorone. Com o povo palestino rendido, submetido à ocupação, Israel poderá fazer como entender: expropriar terras, estender colonatos, erguer muros e barragens nas estradas, desmembrar a Margem Ocidental numa série de enclaves isolados.

Desde os embaixadores dos quinze membros do Conselho de Segurança (com excepção dos EUA), ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (que afirma que as atrocidades israelitas violam as estritas proibições ao castigo colectivo contidas na Quarta Convenção de Genebra), multiplicam-se por todo o mundo as denúncias e condenações deste crime contra a humanidade cometido por Israel que transformou o pequeno e populoso território de Gaza num grande campo de concentração.

M. Gouveia

Solidariedade com o povo palestino

A 25 de Janeiro, na Biblioteca Museu República e Resistência, com a sala cheia, o Comité Solidariedade Palestina (CSP) fez a apresentação pública dos seus objectivos: divulgação de informação sobre a ocupação israelita da Palestina e organização de acções de solidariedade com o povo palestino.

Intervieram Elsa Sertório, em nome do CSP, Randa Nabulsi, Delegada Geral da Palestina em Portugal, e vários dos presentes na sala. Foi também exibido o filme "O Muro de Ferro", de Moahammed Alatar.

Nas diversas intervenções havidas e no filme exibido, foi salientada a existência de mais de 11.000 presos políticos nas prisões israelitas (alguns deles encarcerados há mais de 30 anos) e os crimes contra a humanidade praticados com o bloqueio à faixa de Gaza. Ficou mais uma vez bem patente a natureza colonialista, racista e terrorista do estado de Israel, em relação ao povo oprimido e combatente da Palestina.

Pedro Goulart

E-mail: palestinavence@gmail.com
<http://palestinavence.blogs.sapo.pt>



Cesare Battisti

Perseguido em redor do mundo

Os órgãos de informação de massas esforçam-se por legitimar ideologicamente as medidas antiterroristas, apresentando-as como uma necessária preservação dos valores da tolerância contra o fundamentalismo islâmico. Esquecem-se “ou, mais exactamente, procuram fazer esquecer” que o governo de Washington é integrado por fundamentalistas religiosos não menos fanáticos e que conta como principais apoios entre os países muçulmanos a Arábia Saudita, esse exemplo de feminismo e de liberdade religiosa, e o Paquistão, outro exemplo de perfeito funcionamento das regras parlamentares. E esquecem ainda que as medidas antiterroristas, não só agora mas desde há muito, se têm destinado a perseguir os que lutam contra o capitalismo.

Cesare Battisti nasceu na Itália em Dezembro de 1954. Em 1968 participou na contestação estudantil e a partir de 1971 foi preso várias vezes, acusado de roubos e outros pequenos delitos. Em 1974 foi condenado a seis anos de prisão por assalto à mão armada, e no interior das cadeias conheceu vários militantes da extrema-esquerda extra-parlamentar, que contribuíram para politizar o seu sentido de revolta e influenciaram decisivamente a sua evolução. Libertado em 1976 e perseguido de novo, Battisti passou à clandestinidade e estabeleceu-se em Milão, onde começou a militar no grupo clandestino Proletários

Armados pelo Comunismo (PAC). Fundado em 1976 ou 1977 e contando com cerca de seis dezenas de membros, na maior parte de origem operária, o PAC defendia uma orientação de carácter marxista e autonomista e diferenciava-se das Brigadas Vermelhas por ter uma hierarquia interna mais descentralizada e menos rígida.

Em Fevereiro de 1979 Battisti foi preso e condenado dois anos depois por pertencer a um grupo armado. Em Outubro de 1981, com a ajuda de outros militantes do PAC, ele conseguiu evadir-se e refugiou-se em França, onde viveu clandestinamente durante cerca de um ano. Em 1982 foi para o México e iniciou aí uma carreira de escritor, fundando em 1986 a revista cultural *Via Libre*, além de animar outras actividades artísticas.

Entretanto, na sequência de delações premiadas e de declarações de presos obtidas sob tortura, Battisti foi acusado de participação em quatro homicídios realizados pelo PAC em 1978 e 1979, e em 1988 foi julgado à revelia e condenado à prisão perpétua. Todavia, em vários textos publicados Battisti afirmou repetidamente que renunciara à luta armada em 1978, na sequência do assassinato de Aldo Moro, e negou a sua implicação naqueles homicídios.

Em 1990, confiando nas declarações proferidas pelo presidente Mitterrand cinco anos antes, de que não entregaria à Itália os membros de antigas organizações da



extrema-esquerda extra-parlamentar que houvessem renunciado à violência, Battisti regressou a Paris e foi preso pouco depois devido a um pedido de extradição apresentado pelo governo italiano. Porém, em Maio de 1991 os tribunais franceses recusaram a extradição e Battisti foi posto em liberdade, continuando a escrever romances e a fazer traduções. Jamais desistindo de o capturar, o governo italiano insistiu na extradição, até que em Fevereiro de 2004 Battisti viu-se preso outra vez e em Junho os tribunais superiores franceses autorizaram a sua entrega às autoridades italianas. Fugido e de novo clandestino, Battisti acabou por ser preso no Rio de Janeiro em Março de 2007, graças a uma operação conjunta das polícias brasileira e francesa.

E assim, em mais um episódio desta perseguição de cães de fila, no dia 18 de Janeiro de 2008 decorreu no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, a primeira audiência do pedido de extradição de Cesare Battisti, prisioneiro político italiano num cárcere brasileiro.

João Bernardo

Os que da lei da morte se libertam

Milton Wolff foi um daqueles homens cuja vida pode ser apontada como um exemplo do lutador pela liberdade. Morreu agora com 92 anos em Berkeley, Califórnia. Militante das juventudes comunistas, mal rebenta a guerra civil espanhola alista-se como voluntário e, por feitos heróicos em combate contra as tropas fascistas, foi promovido a comandante da Brigada Lincoln. Hemingway escreveu no fim da guerra civil: “Nove homens comandaram os batalhões da Brigada Lincoln. Quatro morreram; quatro foram

feridos. O nono era o bravo Milton Wolf”.

Combateu depois na 2ª Guerra Mundial, enfrentou a “caça às bruxas” dos mcarthistas, participou em comités contra a guerra do Vietname. Durante a administração Reagan, e quando este financiava os contra-revolucionários na Nicarágua, Wolff entregou pessoalmente 20 ambulâncias ao governo sandinista, o que lhe valeu a fúria dos sectores direita dos EUA, mas também a admiração e o incentivo de todos os que defendem a liberdade dos povos. Em resumo:



uma vida de combatente cuja linha orientadora foi sempre de grande coerência, tendo como meta a total emancipação e liberdade dos povos.

Manuel Monteiro

BREVES

Operários fazem gerente refém

A polícia francesa invadiu uma fábrica de gelados para libertar um gerente britânico feito refém pelos trabalhadores por quase 18 horas. Prakash Patel foi retido no seu escritório na cidade de Saint Dizier, no leste do país, depois de terem sido anunciados 250 despedimentos, cerca de metade dos postos da fábrica, que pertence ao gigante anglo-holandês da área alimentícia Unilever. O gerente tentava deixar a fábrica quando cerca de 40 trabalhadores lhe bloquearam o caminho e o forçaram a voltar ao escritório. Vinte policiais foram enviados para libertar o gerente, mas quando alguns operários bloquearam a porta, começou um confronto e 14 pessoas ficaram feridas.

Ajuda envenenada

Um soldado britânico de 18 anos que perdeu uma perna no Iraque contraiu sida por lhe terem administrado sangue contaminado. O sangue, fornecido pelos militares norte-americanos, não foi devidamente testado. Tentando desculpar a negligência, o presidente do Comité da Defesa da Câmara dos Comuns britânica disse à cadeia de TV Skynews que “as vantagens de receber sangue de qualquer tipo quando se é ferido ultrapassa de longe os riscos da contaminação”, e enalteceu a ajuda dos EUA que “deram o seu sangue para salvar os nossos militares”. O soldado faz parte de um conjunto de dezoito militares e seis civis feridos no Iraque e no Afeganistão infectados com VIH, hepatite e sífilis em resultado de transfusões.

Programa político

Mike Huckabee, ex-governador do Arkansas e candidato republicano à presidência dos EUA, disse, num acto da campanha eleitoral, que os prisioneiros de Guantánamo são mais bem tratados que os presos do seu Estado. E acrescentou: “Espero que eles não saibam disto, porque senão vão todos querer ser transferidos para Guantánamo”.

OPINIÃO

Terrorismo?

O terrorismo tem sido definido como o recurso a formas violentas para derrubar as instituições vigentes. O curioso nesta definição é o seu carácter assimétrico, porque o facto de as instituições recorrerem sistematicamente a formas violentas para não serem derrubadas não costuma ser classificado como terrorismo. O que aliás não espanta, porque são os donos das instituições a ditar quem é terrorista e quem não o é.

A legislação antiterrorista (Terrorism Act) promulgada em 2006 no Reino Unido considera como crime a publicação de quaisquer textos que «glorifiquem a execução ou a preparação» de actos terroristas, «tanto no passado como no futuro ou em geral» (*The Economist*, 13 de Outubro de 2007, pág. 70). Um artigo em defesa de uma pessoa acusada ou condenada por ser terrorista pode ser entendido como uma «glorificação», e zás!

O facto de a lei britânica abranger todo o escopo temporal tem implicações engraçadas. Segundo esses padrões, será terrorismo um artigo ou um livro de crítica às instituições capitalistas do qual se conclua que elas não poderão ser derrubadas sem que, em qualquer momento, haja um recurso à violência. Também é interessante na nova legislação antiterrorista o facto de ter abolido a velha distinção entre teoria e prática. Terrorista não é só quem faz as bombas e as coloca, mas também quem analisa os actos numa perspectiva que as autoridades considerem «glorificadora».

Isto faz-me reear pela segurança daqueles historiadores portugueses que «glorificam», por exemplo, Mousinho de Albuquerque, que recorreu metodicamente ao terrorismo para destruir as instituições do Império Vátua. Por meu lado, pensarei duas vezes antes de escrever o quer que for acerca de D. Afonso Henriques.

João Bernardo

46 dias de greve debaixo do chão A maior ocupação de minas da história da Polónia

Quinhentos mineiros da mina de carvão polaca de Budryk mantieram-se em greve, desde meados de Dezembro, com ocupação das galerias a mil metros de profundidade, até ao dia 1 de Fevereiro. Exigiam salário igual ao dos trabalhadores da Jastrzebska Coal Company, que acabou de comprar a mina. Apesar de terem uma produtividade duas vezes superior à média da indústria mineira na Polónia, os mineiros de Budryk têm os salários mais baixos do sector.

O acordo agora estabelecido com a administração da companhia dá 10% de aumento salarial e determina a constituição de uma comissão, que inclui os grevistas, para estudar o nivelamento dos salários dos mineiros.

Esta luta deu continuidade ao movimento grevista iniciado em 17 de Dezembro que juntou 40 mil mineiros da Alta Silésia (região carbonífera do sul da Polónia). Uma greve geral nas 16 minas da Companhia Hulhífera esteve programada para início de Janeiro, mas à última hora a administração da companhia cedeu à exigência dos mineiros de aumentos salariais de 14%.

A greve em Budryk prosseguiu por um aumento de 30%, uma vez que os salários estiveram congelados durante anos, ganhando um mineiro novo apenas 1200 zlotis por mês (350 euros). Esta greve desencadeou o ódio de classe dos principais partidos políticos e da imprensa polaca. O presidente da Jastrzebska Coal Company comparou os sindicatos que organizaram a greve (August 80 e Kadr) a sequestradores de aviões e chamou “terroristas” aos dirigentes grevistas. Também o Solidariedade fez papel de fura-greves. Marek Szolc, o

dirigente sindical do Solidariedade na mina de Budryk, e membro da ATTAC, apelou ao Estado para usar de todos os meios para quebrar a greve. Outro sindicato mineiro, o ZZG, juntou-se igualmente aos patrões e ataca os dois sindicatos que organizam a greve.

Os administradores do sector do

do apoio dos outros operários e demais trabalhadores. Em 10 de Janeiro houve uma manifestação de apoio junto à mina e concentrações de solidariedade em Varsóvia e outras cidades do país em que se reclamou não apenas o aumento salarial, mas também o fim das privatizações.

Um apelo internacional dos mineiros



carvão e dirigentes sindicais corruptos constituem uma máfia que domina a indústria e canaliza os lucros das minas para as suas próprias empresas privadas. É esta a razão porque sindicatos como o Solidariedade se opuseram à greve – os seus dirigentes, desde há muito, passaram-se para o lado dos patrões e abandonaram qualquer luta séria pelos direitos dos trabalhadores.

Os mineiros desde início mostraram determinação para vencer. Todos os dias, as mulheres e familiares dos grevistas participaram no piquete de greve no exterior. Os mineiros e os seus apoiantes procuraram desenvolver a solidariedade à greve. Nos últimos dois anos os mineiros do August 80 viajaram por todo o país apoiando trabalhadores em luta e defendendo os direitos das mulheres. O nível de solidariedade que demonstraram não tem precedentes na história recente da Polónia. Durante a greve foram eles que necessitaram

em greve, lançado em 29 de Dezembro, pedia ajuda a todos os trabalhadores, expondo as razões da luta e solicitando apoio financeiro para resistirem às pressões da administração que os tentava vergar por carências económicas. “Se nos quebrarem hoje, diziam os mineiros polacos, amanhã podem quebrar-vos a vocês”.

Manuel Raposo

A luta dos mineiros de Budryk deu continuidade ao movimento grevista iniciado em 17 de Dezembro que juntou 40 mil mineiros da Alta Silésia, região carbonífera do sul da Polónia

23 Fevereiro, 21h

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO MV
Santo António dos Cavaleiros,
Sala da Associação de Moradores

14 Fevereiro, 21h30

Dois países, uma voz
Teatro Académico Gil Vicente,
Praça da República, Coimbra
Concerto luso-galego com
JP Simões e José Mário Branco
e Miro Casabella
e Leo i Arremecaghona,
promovido pela Plataforma
Coimbra-Galiza.
Numa sala com mais de 700
lugares, quatro músicos
de tempos diferentes, dois países,
uma única voz.
Tel. 239 855 636.

14 Fevereiro a 16 Março

A Fábrica de Nada
Centro Cultural da Malaposta,
Auditório, Rua Angola, Olival
Basto
(4.ª e 5.ª, 11 e 15h; 6.ª, 15 e 21h30;
sábado, 21h30 e domingo às 16h)
Os "Artistas Unidos" estão na
Malaposta e encenam a peça
de teatro de Judith Herzberg
sobre o desemprego,
o trabalho, o associativismo,
a luta e a esperança.
Na oportunidade, no Foyer do
Centro (2.ª a sábado, 11 às
23h, domingo, 14 às 19h), visite
uma exposição de fotografias
de Jorge Gonçalves,
(fotografias de cena do mesmo
grupo ou) **O Palco e as Sombras**
Tel. 219 383 100.
(Metro: Linha Amarela - Senhor
Roubado)

até 17 de Fevereiro

A Floresta
Cornucópia/Teatro do Bairro Alto
R. Tenente Raul Cascais 1A,
Lisboa (3.ª a sábado, 21h;
domingo às 16h)
De Aleksandr Ostróvski, esta
comédia datada de 1871, traça
o retrato de um grupo de
personagens numa herdade
russa do fim do século XIX, as
suas relações, os seus anseios,
a sua ignorância, as suas
insatisfações, o seu mau viver.
Tudo gira em torno da tensão
entre o dinheiro e a felicidade.
Tel. 213 961 515 / 213 969 205.
www.teatro-cornucopia.pt

20 Fevereiro, 18h30

Textos e Pretextos 10
Grémio Lisbonense, Rua dos
Sapateiros 226-1.º, Lisboa
Apresentação da edição Outono/
Inverno 2007/2008 da revista,
um número temático sobre
Manuel Gusmão, Poesia e Crítica;
mesa redonda com Jorge Silva
Melo, Manuel Gusmão, Helena
Buesco.

22 Fevereiro, 21h30

Uma rapariga no Verão
Cinemateca Portuguesa
Sala Dr. Félix Ribeiro,
Rua Barata Salgueiro 39, Lisboa
Uma das melhores surpresas do
cinema português dos anos 80
e, até à data, o único filme para
cinema de Victor Gonçalves
(1986, 82min).
Seguem-se os comentários do
realizador e do arq. Duarte
Cabral de Mello.

até 24 Fevereiro

Cândido ou o Oportunismo
Teatro Maria Matos, Av. Frei
Miguel Contreiras 52, Lisboa
(4.ª a sábado, 21h30;
domingo às 17h)
A ironia fina e intemporal de
Voltaire transposta para o palco,
numa adaptação de Cucha
Carvalho encenada por
Cristina Carvalhal
Tel. 218 438 800.

25 Fevereiro, 22h

**Concerto Tributo
a José Afonso**
Arte Caffé, Rua Melvin Jones,
Ourém
Espectáculo organizado por
alunos da Associação de
Estudantes da Oureate-Escola
de Música e Artes de Ourém.

Antígona

A Barraca, Largo de Santos 2,
Lisboa (5.ª a sábado às 21h30;
domingos às 16h)
Peça de teatro de Sófocles,
encenada por Maria do Céu
Guerra que constata "a
profundidade de Sófocles a
analisar problemas como a
fractura entre a lei natural e a lei
do estado". E acrescenta "Com
2500 anos, "Antígona" é ainda
uma lição sobre os extremismos
dos nossos dias."
Tel. 213 965 360 (bilheteira)

Um disco obrigatório Vozes de nós

Novo álbum do grupo de cantadeiras Cramol, Ocarina

O Cramol foi fundado em 1979 na Biblioteca Operária de Oeiras. Uma viagem emocionante pelas profundezas do canto rural do povo antigo que vai re-existindo a um século de emigração do campo para a cidade e de revolução tecnológica. 46 temas de todas as regiões de Portugal e alguns das Canárias e País Basco. Não se pode compreender este país sem ouvir as Cramol. Trinta anos de trabalho para, com um nível de perfeição nada habitual, nos restituir uma chave fundamental do passado. Um testemunho digno do que de melhor se fez neste campo, de Lopes-Graça e Giacometti a José Alberto Sardinha (Grupo Almanaque). O contacto com as vozes do povo, trabalhador e sofredor, foi fundamental na minha formação como músico e como revolucionário. O facto de esta música, como toda a música, nos atingir sobretudo subjectivamente não a torna menos interveniente. Porque é o povo em todo o seu esplendor, em toda a sua força histórica. Nem guitarras eléctricas nem orquestras conse-



guem sobrepor-se a este som do fundo dos tempos.

Não menos importante é o trabalho técnico feito com as vozes: colocações e timbres (sobretudo), vibratos aparentemente inexistentes, afinação ligeiramente destemperada das músicas antigas. Trabalho difícil feito sucessivamente com três músicos saídos do GAC (Grupo de Acção Cultural): Luis Pedro Faro, Rui Vaz (dos actuais Gaiteiros de Lisboa) e Eduardo Paes Mamede. Cramol quer dizer "clamor". Mulheres que, como diz o texto de Domingos Morais, "amam e sofrem sem objecto visível".

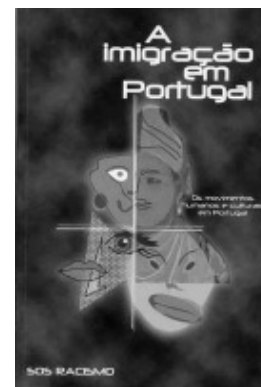
Devia ser obrigatório nas escolas. A revolução social de que precisamos também passa por aqui, pela evidência incontornável desta força.
José Mário Branco

Um livro de referência A imigração em Portugal

Autores vários,
edição SOS Racismo, 2002

É claro que, desde a data da edição, novos factos e alterações legislativas vieram modificar a situação. Isso não tira importância a esta obra porque, na maioria dos seus capítulos, nos permite ter uma visão global sobre a questão dos imigrantes em Portugal, com a denúncia das várias perversidades, preconceitos e cinismos que caracterizam as posições oficiais sobre o assunto.

Com 37 capítulos divididos em três secções – Políticas de Imigração, Legislação de Imigração e Imigrantes em Portugal –, é-nos dada informação factual, estatística e legislativa, para percebermos que, como se diz nas páginas centrais deste jornal, a tendência para criminalizar, discriminar e oprimir os trabalhadores que em Portugal (e na Europa) procuram o seu sustento não é mais do que uma estratégia deliberada para criar uma grande massa de mão-



-de-obra barata e desprotegida (por vezes semi-escravizada) que dá grandes lucros às máfias que a traficam e às empresas que lhes dão trabalho, sobretudo nos ramos da construção civil, na hotelaria, na agroindústria e nas limpezas.

Um livro fundamental para compreendermos que o interesse dos trabalhadores portugueses e europeus é unirem-se aos imigrantes na defesa do trabalho com direitos e da plena cidadania para todos.

José Mário Branco

Dê-nos conta de iniciativas que mereçam ser divulgadas. Escreva-nos, até meio do mês anterior à publicação, para: jornalmudardevida@gmail.com

Tele Visões

Frei Tomás

Os conselhos dos senhores do Minuto Verde, logo pela manhã, podem ser bons. Eu é que tenho dificuldade em ver a utilidade da conversa. Dizia um deles que não devíamos deitar fora os CDs estragados – serviam para bases de copos. Mas cá em casa pomos os copos em cima da toalha da mesa e não usamos bases. Guardar os CDs que os miúdos deitam fora era ter mais tralha em casa. Doutra vez, foi como reduzir o consumo de água. Aconselhavam-nos a comprar uns adaptadores para as torneiras que limitavam o caudal, por mais que as abrissemos. Nós por cá resolvemos a coisa de outro modo: não abrimos tanto as torneiras, e assim poupamos na conta ao fim do mês e no custo dos adaptadores.

Há dias, o presidente da República veio com uma conversa parecida. Resolveu consumir menos energia no Palácio de Belém e convocou as televisões para nos transmitir o exemplo. Só nesta sala, disse ele, mandei substituir 103 lâmpadas normais por lâmpadas de baixo consumo. Fantástico, só numa sala. Nós, na casa toda, temos... uma na cozinha, outra na casa de banho – faz duas; duas em cada quarto são quatro – faz seis; duas na sala e uma no corredor – faz nove; mais a do patim da escada – dez ao todo. Quer dizer, senhor presidente, eu podia ter dez casas como esta que ainda ficava a haver três lâmpadas só em relação a uma das suas salas. E quer o senhor que eu vá comprar lâmpadas de baixo consumo, bem mais caras que as normais. Não tenho folga para investimentos desses. Digo-lhe mais: só quando todos os administradores de empresas públicas e privadas usarem redutores nas torneiras (piscinas incluídas); quando os banquetes oferecidos pelo governo tiverem CDs debaixo dos copos; e quando o senhor presidente tiver uma lâmpada em cada sala do Palácio – só então é que eu penso no assunto.

Eugénio Silva

Opinião mediática

As notas officiosas do regime

As duas principais figuras públicas do PSD, Luís Filipe Menezes e Pedro Santana Lopes, acabam de apontar baterias críticas à situação dos comentadores televisivos. Queixam-se de as posições do seu partido não se encontrarem bem defendidas pelos sociais-democratas com lugar cativo nas estações de televisão, os quais muitas vezes criticarão mais o seu próprio partido do que os respetivos adversários. Entendem, por isso, a situação como um problema de falta de democraticidade.

Santana Lopes chegou mesmo a dizer que o PSD gostava de poder contar nas televisões com fidelidades como as que António Vitorino e Jorge Coelho, semana após semana, devotam ao PS e ao Governo. Marcelo Rebelo de Sousa replicou “teorizando” como a longevidade de um comentador está na proporção directa da sua ‘objectividade’, assim revestindo dos sempre tão convenientes foros da ‘sacrossanta objectividade’ a sua incombustível presença televisiva, longa de anos.

Ora, a propaganda disfarçada de opinião e a opinião disfarçada de objectividade são mentiras recorrentes e decorrentes da aprendizagem pelos poderes de uma das armas tecnológicas mais prodigiosas de que se apropriaram em seu favor: a televisão. Nem nos seus mais felizes sonhos, os mais competentes dos ditadores que oficiaram até à primeira metade do século XX conseguiram imaginar uma máquina de doutrinação tão efectiva quanto esta. Uma máquina que permite sentar milhões de pessoas, ao mesmo tempo, em qualquer lugar, vendo e ouvindo domiciliariamente aquilo de que todas irão falar no dia seguinte. E isso durante todas as noites e dias da vida dos povos.

Em Portugal, a primeira sistematização desse recurso ocorreu com Marcello Caetano e as suas “Conversas em Família”, cujos textos o então presidente do Conselho ia lendo enquanto fingia improvisar os seus discursos. Mas só a partir dos anos 90, com a chegada das estações privadas, em ambiente dito democrático, foi

desenvolvida a técnica de intoxicação permanente que consiste alinhar uma grelha de personalidades ligadas ao poder (pelo seu exercício, ou pela sua simétrica oposição ‘autorizada’) e fingir que aquilo que dizem não é pura propaganda de inculcação, mas que se trata, pelo contrário, de algum tipo de debate atendível e sério dos assuntos.

Tipos e truques

A característica comum aos três grandes mecanismos de inculcação propagandística disponíveis na modalidade “comentário” (jornalistas e outros profissionais supostamente imparciais, membros de partidos a título pessoal e representantes partidários *hardcore*) é a desproporção com que as vozes efectivamente críticas, i.e., extra-sistema, são convidadas a intervir, ou por outras palavras a proporção em que são suprimidas como se não existissem.

Outra regularidade consiste nos truques de especialização no ‘agendamento’ dos temas a debater. Neste sentido, por exemplo, o chamado “Prós e Contras” (com maior frequência uma emissão entre prós-e-prós) funciona como Nota Officiosa do Regime, difundida na Estação Oficial do Reino, a RTP. Sempre que o Presidente ou o Governo lançam um tema (biombo ou não), o programa corre a pegar-lhe e a ‘debatê-lo’ nos seus próprios termos.

Um segundo tipo de truque radica

na presença de membros da partidocracia que se encenam a título individual, forjando para si mesmos, e para os media em que actuam, um pseudoestatuto de livre-pensadores. De comum a todos eles encontra-se o facto de se circunscreverem, sem excepção, ao discurso dito ‘responsável’. É no interior desta mesma delimitação que irão, concomitantemente, pronunciar-se os comentadores ‘independentes’, jornalistas, professores, etc., consumando não uma «conspiração», mas bem mais, como lhe chamou alguém, uma «comunidade de inspiração».

E, finalmente, derradeiro passe de mágica na prestidigitação da propaganda de opinião, os debates entre representantes partidocratas, que projectam a ilusão de que todos os anteriores se encontram fora dessa mesma partidocracia, enquanto escondem a real falta de democraticidade com que excluem todos quantos lhes são efectivamente exteriores.

O principal efeito de todo este poderoso dispositivo não é, ao contrário do que se possa julgar, o da propaganda directa e pontual deste ou daquele partido ou interesse. Mas, bem mais profundamente, o da inculcação e legitimação a longo prazo de toda a oligarquia de interesses políticos e económicos que se escondem por detrás das fórmulas que enunciam; sejam elas a “democracia pluralista” ou o “livre mercado das ideias”, como também lhe costumam chamar sem se fírem.

Rui Pereira

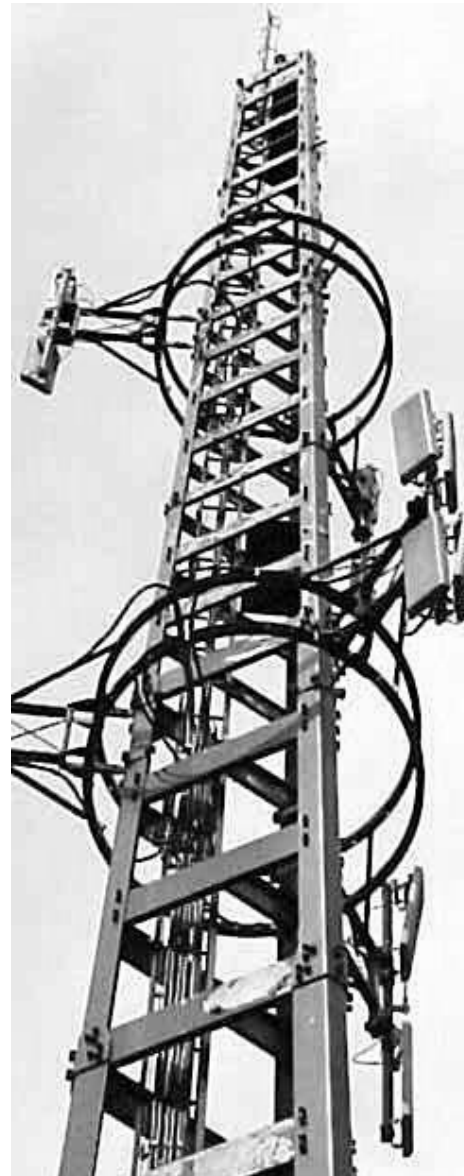


As antenas da democracia (1) Ver e escutar

O semanário *The Economist* é um dos órgãos de informação mais respeitados em todo o mundo. Ligada ao grande capital transnacional e fiel defensora dos governos norte-americanos, essa revista oculta quando não quer divulgar, mas é muito exacta nos factos que relata, o que a converteu numa leitura obrigatória para os grandes patrões e os administradores das principais empresas. Por este motivo parece-me importante dar a conhecer aos leitores do *Mudar de Vida* as informações e as passagens mais significativas de um extenso artigo sobre vigilância electrónica publicado em *The Economist* de 29 de Setembro de 2007. Estou convencido de que os trabalhadores não devem desconhecer aquilo que os capitalistas sabem.

As câmeras de televisão de circuito fechado dotadas de visão nocturna converteram-se num elemento obrigatório da paisagem urbana, registando todos os nossos gestos. Na Inglaterra e no País de Gales, ou seja, a Grã-Bretanha com excepção da Escócia, calcula-se que estejam instaladas em locais públicos cinco milhões destas câmeras, o que representa cerca de uma para cada dez habitantes. Chegou-se ao extremo de munir as câmeras de vídeo com altifalantes, permitindo aos agentes que as operam admoestar as pessoas que atirarem papéis para o chão ou urinarem numa esquina de rua. Isto lembra-me a mãe do Woody Allen, que o mágico fez desaparecer e não conseguiu voltar a reincarnar, e do céu dirigia conselhos e repreensões ao filho, para gáudio dos habitantes de Nova Iorque, que todos eles a ouviam. Só que, agora, as coisas são muitíssimo mais sérias. Nos Estados Unidos a proporção é igualmente de uma câmera de televisão de circuito fechado para cada dez habitantes, calculando-se que estejam instaladas cerca de trinta milhões de câmeras.

Nos Estados Unidos, a lei denominada Patriot Act, aprovada pouco depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001 contra o Pentágono e contra as torres do World Trade Center, determinou que os serviços de informação e o FBI têm o direito de obrigar provedores de internet, companhias telefónicas, bibliotecas e mesmo partidos políticos a fornecer dados acerca de quem quer que seja sem conhecimento do visado. Do mesmo modo, domicílios e escritórios podem



ser vistoriados pela polícia sem conhecimento de quem lá mora ou trabalha. E aquela lei, completada por disposições posteriores, aumentou também os poderes do governo para interceptar telefonemas e e-mails privados, tanto dentro dos Estados Unidos como no exterior.

Nos próximos números continuarei a resumir as informações contidas no artigo de *The Economist*.

João Bernardo

Pauzinho na eng^Renagem

Manuel da Palma

Uma ONG britânica diz que Portugal ajudou a transportar 728 de 774 prisioneiros para Guantánamo.

Vê a coisa pelo lado positivo. Há para aí uns 40 prisioneiros que não passaram por cá.

De novo os voos da CIA

O relatório sobre os voos da CIA apresentado pela organização britânica *Reprive* afirma de forma segura que mais de 94 voos ilegais terão passado por território português, concretamente a base das Lajes, transportando mais de 700 prisioneiros. Diz ainda que pelo menos seis desses voos fizeram a viagem directa das Lajes para Guantánamo, onde os EUA mantêm uma prisão semi-secreta inteiramente à margem da lei.

Diz que pelo menos nove desses prisioneiros foram barbaramente torturados. Refere ainda que os voos tiveram a ajuda das autoridades portuguesas e conclui daí que os governos portugueses “desempenharam um relevante papel de apoio” ao programa montado pelos EUA de rapto e transporte de prisioneiros. Diante disto, um porta-voz do governo Sócrates afirmou muito simplesmente que o relatório não trazia nada de novo.

Das duas uma, ou esta afirmação é uma confissão de que o governo sabia de tudo, ou é um sinal de desprezo pelos novos dados trazidos a lume. Em nenhuma das hipóteses o governo sai inocentado. Testemunhos vários levam a crer que o envolvimento dos governos portugueses foi efectivo. A começar pelas afirmações de Condoleezza Rice de que os europeus sabiam de tudo. A insistência do governo em fazer esquecer o assunto só demonstra que o envolvimento se terá dado ao mais alto nível e que por isso se torna necessário proteger os implicados, deste ou dos anteriores governos. Um pacto de silêncio e de protecção mútua foi firmado pelo bloco do poder à conta do “sentido de Estado”.

MR

DITO

Que é roubar um banco em comparação com fundar um banco?

Bertolt Brecht
Escritor/Dramaturgo
Alemanha [1898-1956]